

DECLARAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ANDINAS CONTRA O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO¹

Em 18 de maio, o Equador, o Peru e a Colômbia (e a Bolívia como observadora) começaram a negociação de um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, que se encontra já na sua terceira rodada (de oito programadas). Este TLC terá uma parte comum normativa e textos diferentes por produtos e setores para cada país. O objetivo dos governos é assinar em nove meses um acordo que terá um grande impacto sobre o conjunto de nossas nações.

Em troca do acesso a uns quantos produtos básicos ou de pequeno benefício do mercado norte-americano, pretende-se aceitar todos os acordos normativos daquele país, de tal forma que se dêem garantias aos investidores mais que aos cidadãos e às nações. Visa-se, além disso, proteger a propriedade intelectual dos produtos das multinacionais, privatizar todos os serviços públicos, incluindo áreas sociais tão vitais como a saúde e a educação, e desnacionalizar setores como as telecomunicações, o sistema financeiro e energético, dentre muitos outros, adotando de maneira irreversível e supraconstitucional qualquer receituário neoliberal, cuja aplicação durante os últimos anos tem trazido grandes calamidades aos nossos povos.

Como resultado deste Tratado, nosso agro haverá de se especializar apenas em certos produtos tropicais, perdendo a já minguada soberania alimentar. Abandonar-se-á qualquer esforço industrializador; se eliminará a capacidade do Estado de empreender políticas de desenvolvimento; deteriorar-se-á o

1. Documento elaborado no Fórum Social das Américas realizado em Quito (Equador) entre 26 e 29 de julho de 2004. Tradução do original em espanhol pela Equipe de Redação.

meio ambiente, a população terá sua pauperização agravada, os salários diminuídos e as condições de trabalho deterioradas; enfim, se relegará ainda mais nossas populações indígenas e afro-descendentes e o peso destas calamidades recairá com particular crueldade sobre as mulheres.

O TLC é negociado a marcha forçada, em segredo, sem diagnósticos nem estudos acerca de seus impactos, sem consultar os que serão afetados e com uma forte e arrogante pressão estadunidense. À exceção da Venezuela, os governos andinos esforçam-se por fazer a cada dia mais concessões unilaterais e, antes mesmo da assinatura do Tratado, adaptar suas respectivas legislações nacionais às exigências norte-americanas, a tal ponto que tem virado uma obsessão na qual não lhes importa sequer preservar alguns dos frágeis acordos da Comunidade Andina que estabelecem normas e critérios considerados inaceitáveis pelo governo dos Estados Unidos, a exemplo do Sistema Andino de Bandas de Preços ou das normas de propriedade intelectual, que não incorporam o patenteamento de organismos vivos.

Embora venham desde muitos anos convertendo a Comunidade Andina às correntes neoliberais, aos EUA não interessa senão a recolonização e a dependência total, como ocorreu no Chile, excluído desde os anos 70 do antigo Pacto Andino pelo ditador Augusto Pinochet. Em recente reunião em Quito, onde praticamente declaram extintos os acordos andinos, em lugar de uma verdadeira solidariedade baseada no benefício recíproco, na defesa do bem-estar da população e no fortalecimento do mercado interno, únicas bases possíveis de uma verdadeira cooperação sub-regional e latino-americana, propuseram acordos em matéria de infra-estrutura e recomendaram, ao firmar tratados com terceiros, levar em consideração as “sensibilidades” de cada país, com o que a tarifa alfandegária externa comum, cuja adoção foi adiada para o próximo ano, fica eliminada na prática.

De fato, o curso das negociações demonstra que o TLC andino impõe a concorrência, a rivalidade e uma corrida para decidir quem faz mais concessões. A negociação sobre a liberação agrícola e industrial é feita por cada país em separado, e nos sonhos dos mandatários está antes de tudo chegar primeiro, oxalá sozinhos, ao tão cobiçado mercado norte-americano, mesmo que ao preço de fechar e estreitar ainda mais seu próprio mercado interno, sacrificando a produção nacional. Enquanto isso, o governo venezuelano é ao mesmo tempo criticado pela sua postura — já que alertou sobre os perigos deste processo e se mantém dignamente à margem dele —

e convidado para somar-se à *armadilha*². A Bolívia, por sua vez, almeja ingressar como negociadora plena na quarta rodada de negociações, prevista para setembro.

Para os Estados Unidos o Tratado é um objetivo bipartidário, vez que permanece a estrutura dos acordos estabelecida pelo presidente democrata Bill Clinton, e, ainda que a derrota de George W. Bush implicasse em sepultar a posição mais bárbara e arrogante, o atual candidato democrata tem anunciado a continuação, em essência, da mesma orientação.

Os povos andinos temos enfrentado com firmeza tais políticas: as mobilizações de 15 de abril no Equador e na Colômbia, as manifestações de 18 de maio na Colômbia e de 14 de julho no Peru, assim como a permanente efervescência do povo boliviano e a crescente oposição venezuelana à ingerência norte-americana nos seus assuntos internos, expressam esta decisão de lutar. As reuniões setoriais e as reuniões de coordenação andina realizadas em Lima, Quito, Havana e Bogotá simbolizam igualmente um propósito unitário.

Conclamamos as organizações populares da região a que mantenhamos e incrementemos a coordenação das lutas e atuemos de forma efetiva para impedir que este Tratado seja subscrito. Somente a unidade dos povos, a independência dos governos e a mais ampla aliança nacional contra eles conseguirão derrubar esta política de anexação, que pode condenar, caso não a impeçamos, nossos países à ruína por gerações.

As organizações sociais que assumimos a defesa do povo e das nossas nações contra este TLC entendemos que se faz necessária uma estratégia consistente, coordenada e que envolva os mais abrangentes e distintos segmentos sociais para derrotar este Tratado, uma peça fundamental na estratégia da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Com este espírito propomos o seguinte plano de ação imediato:

- Fortalecer e ampliar a coordenação andina de organizações sociais para impedir que o TLC seja firmado;
- Intensificar e multiplicar as campanhas educativas e de divulgação, de modo a atingir novos setores sociais;
- Realizar jornadas de mobilização entre 13 e 17 de setembro, data em que ocorrerá a próxima rodada de negociações nos EUA;

2. Celada, no original em espanhol (Nota da Redação).

- Convidar para uma nova reunião da coordenação andina na Bolívia por ocasião da realização do Encontro Boliviano contra a ALCA e o TLC;
- Vincular-se e participar na grande mobilização americana convocada pelos povos indígenas e pelas organizações camponesas para 12 de outubro;
- Efetuar protestos entre 23 e 26 de outubro, quando da rodada de negociações de Quito;
- Encarregar os companheiros da Bolívia para coordenar as atividades regionais para o próximo encontro.

Quito, julho de 2004.